



Decreto n.º 157/2026 - p. 1/7

DECRETO N.º 157/2026

Dispõe sobre a inscrição de novos alunos, matrícula e solicitação de transferência nas escolas da rede municipal de educação de Passo Fundo, e dá outras providências.

Considerando que a Constituição Federal garante o direito à educação como dever do Estado e da família;

Considerando que a Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) estabelece normas para a organização da educação nacional;

Considerando que a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) garante prioridade e atendimento adequado aos direitos da criança e do adolescente;

Considerando que a Secretaria de Educação é responsável pelo planejamento, gestão e execução das matrículas e transferências da Rede Municipal de Ensino;

Considerando que é necessário estabelecer critérios objetivos para inscrição, classificação, encaminhamento, matrícula, matrícula e transferência de alunos na Rede Municipal de Ensino;

Considerando que se busca garantir a transparência, eficiência e equidade no acesso às vagas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

Considerando que é preciso assegurar o acompanhamento das famílias e a organização das unidades escolares de forma adequada à demanda de alunos e à disponibilidade de vagas,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece diretrizes para inscrição de novos alunos na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, matrícula de estudantes da Rede Municipal de Ensino e solicitação de transferência entre escolas públicas e privadas.

Art. 2º A Rede Municipal de Ensino de Passo Fundo abrange os seguintes níveis:

I – Educação Infantil: Etapas Creche e Pré-Escolar;





Decreto n.º 157/2026 - p. 2/7

II – Ensino Fundamental: Anos iniciais e anos finais.

Art. 3º São consideradas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)s aquelas constantes do edital de inscrição, publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

Art. 4º São consideradas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF)s aquelas constantes do edital de inscrição, publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

Parágrafo único. As vagas são limitadas e condicionadas à disponibilidade por turma, observadas as Resoluções nº 32/2022 e nº 33/2023 do Conselho Municipal de Educação, no que couber.

CAPÍTULO I

DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Art. 5º Para inscrição na Rede Municipal de Ensino, os estudantes deverão atender aos seguintes critérios:

I – Educação Infantil:

a) Berçário: 6 (seis) meses completos até o dia 28 de fevereiro do ano letivo de ingresso;

b) Maternal I: 2 (dois) anos completos até o dia 31 de março do ano letivo de ingresso;

c) Maternal II: 3 (três) anos completos até o dia 31 de março do ano letivo de ingresso;

d) Pré I: 4 (quatro) anos completos até o dia 31 de março do ano letivo de ingresso;

e) Pré II: 5 (cinco) anos completos até o dia 31 de março do ano letivo de ingresso;

II - Ensino Fundamental:

a) 1º ano: 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano letivo de ingresso;

§ 1º O domicílio comprovado no Município de Passo Fundo é requisito obrigatório para todos os candidatos.

§ 2º Para ingresso na EMAU Prof. Olga Caetano Dias, destinada a estudantes





Decreto n.º 157/2026 - p. 3/7

com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de suporte 2 ou 3:

I – o estudante deve estar previamente matriculado e frequentando a Rede Municipal de Ensino;

II – a avaliação pedagógica deve ser realizada pela escola de origem, com encaminhamento ao Núcleo de Educação Especial da SME, considerando documentação, critérios estabelecidos e disponibilidade de vagas.

III - as vagas serão destinadas preferencialmente a estudantes regularmente matriculados nos anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, considerando a relevância da intervenção nessa etapa do desenvolvimento para favorecer a aprendizagem, a participação, o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes.

Parágrafo único. A EMAU Olga Caetano Dias é um espaço de atendimento educacional especializado complementar e de caráter temporário para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com nível de suporte 2 ou 3, sendo considerado um espaço de passagem.

CAPÍTULO II DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º As inscrições serão realizadas on-line, por meio do sistema de gestão escolar, e organizadas nas seguintes etapas:

I – inscrição nova para o 1º ano do Ensino Fundamental, destinada aos candidatos aptos a cursar essa etapa;

II – inscrição nova para a Educação Infantil, destinada aos candidatos às vagas em todas as suas etapas;

III – transferência, destinada aos estudantes da Educação Infantil regularmente matriculados para o ano letivo subsequente na Rede Municipal de Ensino e aos estudantes do Ensino Fundamental que estejam cursando em qualquer escola das redes pública ou privada, exceto para o 1º ano do Ensino Fundamental;

IV – vagas remanescentes, destinada aos candidatos novos que não realizaram a inscrição no período correspondente e às solicitações de transferência realizadas ao longo do ano letivo.

§ 1º Os períodos para realização de cada etapa estão divulgados em edital anual.





Decreto n.º 157/2026 - p. 4/7

§ 2º A etapa de vagas remanescentes permanecerá disponível a partir do início do ano letivo e ao longo deste, observada a disponibilidade de vagas.

Art. 7º O responsável legal pelo(a) estudante deverá realizar a inscrição por meio do sistema disponibilizado pela Secretaria de Educação, mediante o preenchimento das informações solicitadas, conforme orientações e procedimentos estabelecidos no edital publicado anualmente.

§ 1º No ato da inscrição deverão ser informados, no mínimo:

I – CPF do(a) estudante;

II – nome completo do(a) estudante;

III – data de nascimento;

IV – indicação de deficiência ou altas habilidades, quando houver;

V – nome completo do responsável legal;

VI – grau de parentesco do responsável;

VII – CPF do responsável;

VIII – telefone de contato; e

IX – endereço da família, com rua, número e CEP.

§ 2º Durante o processo de inscrição, poderão ser indicadas até 3 (três) escolas de preferência, observados os critérios e procedimentos estabelecidos no edital anual.

§ 3º Nas solicitações de transferência externa, deverá ser informada a escola de origem do(a) estudante.

§ 4º Ao finalizar a inscrição, o responsável deverá guardar o protocolo comprobatório da solicitação, na forma estabelecida pela Secretaria de Educação.

Art. 8º A inscrição não garante a concessão da vaga, ficando o encaminhamento do(a) estudante condicionado à disponibilidade de vagas e aos critérios estabelecidos neste Decreto e no edital publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

§ 1º As unidades escolares disponibilizadas para inscrição observarão a faixa etária correspondente à etapa de ensino pretendida.

§ 2º Na inexistência de vaga na primeira escola indicada pelo responsável, as



Decreto n.º 157/2026 - p. 5/7

demais opções informadas poderão ser utilizadas pela Central Municipal de Vagas para fins de encaminhamento, conforme os critérios estabelecidos no edital anual.

§ 3º Na hipótese de inexistência de vaga nas escolas indicadas, a Central Municipal de Vagas poderá realizar o encaminhamento para unidade escolar mais próxima da residência do(a) estudante, observado o respectivo zoneamento e a disponibilidade de vaga.

§ 4º A veracidade das informações prestadas no ato da inscrição é de responsabilidade do pai, da mãe ou do responsável legal pelo(a) estudante.

§ 5º A documentação comprobatória das informações prestadas deverá ser apresentada no ato da matrícula, conforme os documentos e procedimentos estabelecidos no edital anual.

§ 6º A não comprovação das informações declaradas poderá acarretar a perda da vaga, com o retorno da solicitação à Central Municipal de Vagas, observado o disposto no edital anual.

§ 7º O responsável que necessitar de auxílio para realização da inscrição poderá buscar atendimento junto à Central Municipal de Vagas ou nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

§ 8º O auxílio prestado pela Central Municipal de Vagas ou pelas unidades escolares para realização da inscrição não implica garantia de vaga.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E MATRÍCULA

Art. 9º Quando o número de candidatos for superior ao número de vagas disponíveis, a classificação observará as prioridades legais e os critérios estabelecidos neste Decreto e no edital publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

§ 1º Na Educação Infantil, serão observados:

I – as prioridades especiais de matrícula previstas em lei, em determinação judicial ou em encaminhamento formal dos órgãos competentes;

II – para os demais candidatos, sistema cumulativo de pontuação, considerando:

a) criança com deficiência: 230 (duzentos e trinta) pontos;



Decreto n.º 157/2026 - p. 6/7

- b) irmãos matriculados na mesma unidade escolar: 115 (cento e quinze) pontos;
- c) beneficiário de programa de transferência de renda: 40 (quarenta) pontos;
- d) proximidade da residência em relação à unidade escolar, conforme as faixas de zoneamento e respectivas pontuações estabelecidas no edital anual;
- e) participação no Programa “Meu Bebê Meu Tesouro”: 16 (dezesesseis) pontos;
- f) família monoparental: 10 (dez) pontos;
- g) candidato da Educação Infantil integrante de lista de espera do ano letivo anterior, não contemplado com vaga: 7 (sete) pontos.

§ 2º No Ensino Fundamental, serão observados:

I – as prioridades especiais de matrícula previstas em lei, em determinação judicial ou em encaminhamento formal dos órgãos competentes;

II – para os demais candidatos, sistema cumulativo de pontuação, considerando:

- a) criança com deficiência: 230 (duzentos e trinta) pontos;
- b) irmãos matriculados na mesma unidade escolar: 115 (cento e quinze) pontos;
- c) beneficiário de programa de transferência de renda: 40 (quarenta) pontos;
- d) proximidade da residência em relação à unidade escolar, conforme as faixas de zoneamento e respectivas pontuações estabelecidas no edital anual;
- e) participação no Programa “Meu Bebê Meu Tesouro”: 16 (dezesesseis) pontos;
- f) família monoparental: 10 (dez) pontos.

§ 3º As pontuações previstas neste artigo são cumulativas, ressalvadas as faixas de zoneamento, sendo considerada exclusivamente aquela correspondente à distância entre a residência do estudante e a unidade escolar pretendida.

§ 4º A pontuação dependerá da comprovação da condição correspondente ou de sua validação em base oficial acessível à Administração Municipal, priorizando-se, sempre que possível, a obtenção das informações diretamente pela Administração.

Art. 10. Em caso de empate na classificação, serão observados os seguintes critérios:





Decreto n.º 157/2026 - p. 7/7

I – na Educação Infantil, a maior idade da criança;

II – no Ensino Fundamental, a menor distância entre a residência do estudante e a unidade escolar pretendida;

III – ordem cronológica da inscrição, considerada a data e a hora registradas no Sistema de Gestão Escolar.

Art. 11. O processamento das inscrições, a formação das listas de classificação e o encaminhamento dos estudantes observarão os critérios previstos neste Decreto e os procedimentos estabelecidos no edital publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

§ 1º A classificação do estudante e sua inclusão na lista de espera ocorrerão exclusivamente em relação à primeira opção de unidade escolar indicada pelo responsável legal. A segunda e a terceira opções não gerarão classificação ou listas de espera próprias, podendo ser utilizadas pela Central Municipal de Vagas para fins de encaminhamento, na hipótese de inexistência de vaga na primeira opção.

§ 2º Não havendo vaga na unidade escolar indicada, a Central Municipal de Vagas poderá encaminhar o estudante para outra unidade da Rede Municipal de Ensino que disponha de vaga, observados o zoneamento e, sempre que possível, a menor distância em relação à residência.

§ 3º A classificação e a indicação de preferência não afastam a obrigação de assegurar o acesso ao Ensino Fundamental obrigatório, não constituindo a inexistência de vaga na unidade pretendida motivo para deixar o estudante sem matrícula na Rede Municipal de Ensino.

Art. 12. A matrícula será efetivada diretamente na unidade escolar para a qual o estudante for encaminhado, mediante apresentação da documentação exigida no edital publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

§ 1º O prazo para efetivação da matrícula será estabelecido no edital anual.

§ 2º Nas unidades escolares que ofertem atendimento em tempo integral, a frequência nos turnos correspondentes observará as regras estabelecidas no edital e na organização da unidade escolar.

CAPÍTULO IV DA REMATRÍCULA

Art. 13. A rematrícula será realizada de duas maneiras, utilizando o aplicativo





Decreto n.º 157/2026 - p. 8/7

APP “G6 Educação” disponível para Android e iOS, ou pessoalmente nas unidades escolares de origem, em período definido anualmente pela SME, publicado em edital anual.

Art. 14. Nos casos de Ensino Fundamental em tempo integral, os estudantes matriculados em unidades escolares que ofertem atendimento em tempo integral deverão participar das atividades previstas no turno inverso, observadas as condições e a organização estabelecidas no edital publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

Art. 15. Na Educação Infantil em tempo integral, a frequência nos turnos correspondentes será obrigatória, observadas as unidades escolares e as condições de atendimento estabelecidas no edital publicado anualmente pela Secretaria de Educação.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O cronograma das etapas de inscrição, rematrícula, transferência e matrícula será definido anualmente pela Secretaria de Educação e divulgado no edital anual.

Art. 17. Fica revogado o Decreto nº 141/2025.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Centro Adm. Municipal, 2 de outubro de 2026.

PEDRO ALMEIDA
Prefeito Municipal
Assinado Eletronicamente

ADRIANO CANABARRO TEIXEIRA
Secretário de Educação
Assinado eletronicamente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8PTF.LXDX.61VM.R9NF

Este documento foi assinado eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília)



Assinado eletronicamente por PEDRO CEZAR DE ALMEIDA NETO, Prefeito Municipal, em 06/10/2026 13:19:49



Assinado eletronicamente por ADRIANO CANABARRO TEIXEIRA, Secretário(a) de Educação, em 06/10/2026 13:57:00 pela Portaria 1/2025

Verifique a autenticidade em <https://www.pmpf.rs.gov.br/autentica/> informando a chancela 8PTF.LXDX.61VM.R9NF